

À PROVA DE FOGO

Servidores resistem à explosão da granada do Ministro Guedes

Apesar de dois anos de congelamento de salários e direitos pela LC 173, os(as) servidores(as) resistiram ao arrocho imposto pelos governos e se recuperaram dos danos causados por aquilo que o Ministro da Economia, Paulo Guedes, chamou de “granada no bolso”.

No Judiciário de Santa Catarina, além dos reajustes inflacionários, 2,4% em fevereiro de 2021 e 14,78% de janeiro de 2022, os(as) trabalhadores(as) conseguiram reajustes de 32,2% para o auxílio alimentação, 17,4% para o auxílio creche e 32% para o auxílio médico-social.

Outra conquista importante foi atrelar os auxílios à tabela salarial. Assim, sempre que a data-base for assinada, os benefícios serão reajustados automaticamente de acordo com percentuais do nível 12J: alimentação

(15%), médico-social (7,5%) e creche (6,27%).

A tática adotada pelos(as) servidores(as) de desgastar publicamente a administração federal, por meio de campanhas virtuais na internet e caravanas a Brasília, deu certo. A queda da credibilidade de Bolsonaro e Guedes não chegou a fazer o governo retroce-

der nas medidas tomadas contra o serviço público, mas fez cessar as agressões diante da proximidade das eleições deste ano.

O Sinjusc não foi apenas mais um sindicato que se juntou à luta geral pelos serviços públicos, os dirigentes da entidade formaram parte do grupo que liderou o processo de mobilização no estado.



Neutralizar os efeitos da LC 173

Página 2

TJSC reconhece liderança do Sinjusc

Página 3

“Os Supridores” de José Falero

Página 4

Neutralizar os efeitos do congelamento

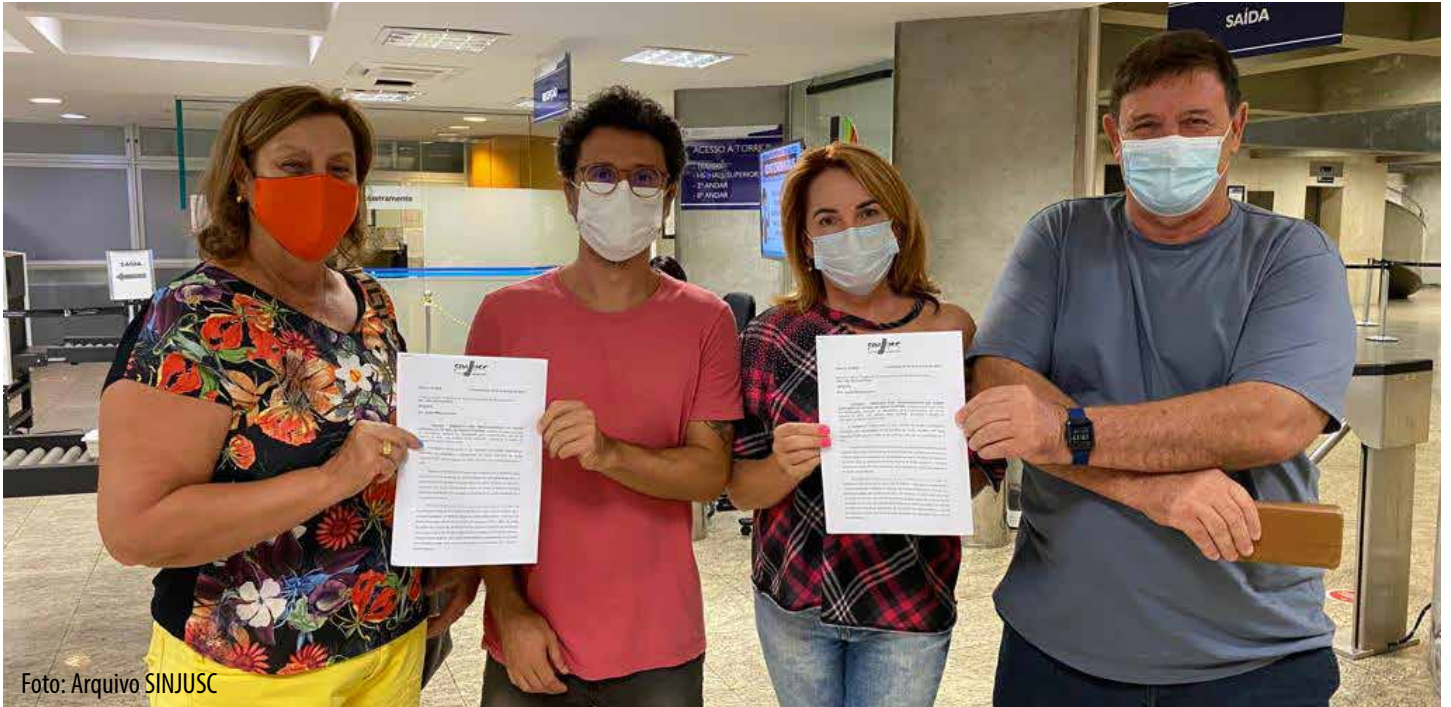


Foto: Arquivo SINJUSC

Durante assembleia do último dia 4 de fevereiro, uma comissão formada por diretores(as) do Sinjusc e membros do NAP protocolou pedido de equiparação do auxílio médico-social ao auxílio alimentação no Tribunal

Alguns danos causados pelo congelamento (LC 173), principalmente os de ordem psicológica infringidos contra os(as)

servidores(as), são irreversíveis, mas os efeitos econômicos podem ser compensados. Em parte, eles foram recuperados - conta-

gem retroativa da licença prêmio e reajustes dos salários e auxílios - mas o TJSC ainda precisa reconhecer a contagem retroativa dos triênios e o retroativo dos percentuais da data-base.

O Sinjusc segue pressionando politicamente para que o Tribunal de Justiça reconheça e pague essas demandas, mas, se for o caso, ações coletivas serão ajuizadas para que a categoria tenha os direitos garantidos e recupere perdas do último período.

Auxílio Médico-Social

Depois de três anos de congelamento, o auxílio médico-social foi reajustado de R\$ 696,00 para R\$ 918,37. Mas o benefício que é concedido para aposentados e pensionistas não foi equiparado ao auxílio alimentação (R\$ 1.836,75) conforme reivindicação da categoria e segue na pauta do Sinjusc.

An advertisement for Sinjusc. It features two grey t-shirts displayed against a green background. The top t-shirt has the text 'CUSTI MERE JUSTIÇA SOCIAL DIGNIDADE SERVIÇO PÚBLICO' in red. The bottom t-shirt has the text 'O SERVIÇO PÚBLICO GARANTE DIGNIDADE!' in red. The Sinjusc logo is visible in the top left corner. Below the t-shirts, there is a call to action: 'Preencha o formulário disponível no site do Sinjusc:' followed by the website address 'www.sinjusc.org.br' in a green box with a mouse cursor icon.

TJ reconhece liderança do Sinjusc frente à categoria



Foto: Arquivo SINJUSC

Secretária-Geral do Sinjusc, Carolina Costa, durante uma das manifestações contra a Reforma da Previdência do governador Moisés no dia 28 de julho de 2022.

Todas as conquistas recentes da categoria, desde o reajuste dos salários e auxílios, passando pela suspensão da implementação do plantão regionalizado e a equiparação do segundo assessor, até o reconhecimento da contagem da licença prêmio, foram pautadas pelo Sindicato.

Isso prova que o TJSC reconhece o Sinjusc não só como representante de direito da categoria, legalmente constituído, mas

como representante de fato dos anseios políticos e econômicos dos(as) servidores(as) do Judiciário Estadual.

A atual direção do Sinjusc acredita que o diálogo com a administração do Tribunal, apoiado pela mobilização da categoria, é a melhor tática de negociação. A paralisação e a greve são instrumentos legítimos, mas só devem ser utilizadas em casos de extrema intransigência.

Sindicato apontou taxaçoão de fortunas ao invés da LC 173

No início de 2020, a LC 173/20 ainda era o PLP 39/20 e os(as) trabalhadores(as) não tinham se articulado nacionalmente para conter a ofensiva do governo contra o serviço público como aconteceu depois na campanha que derrotou a Reforma Administrativa (PEC 32).

Sempre atento aos movimentos dos governos, tanto no âmbito federal quanto estadual, o Sinjusc já orientava a categoria a pressionar os senadores a votarem contra o então PLP 39/20 do Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) e contra o PLP 149/20 de autoria do próprio governo Bolsonaro que tinha o mesmo teor.

A estratégia utilizada foi o envio de mensagens de e-mail solicitando que os senadores aprovassem lei sobre a taxaçoão de grandes fortunas ao invés de congelar os salários e direitos dos servidores por dois anos para cobrir os gastos frente à pandemia.

Fórum Catarinense em Defesa do Serviço Público veio para ficar

SINJUSC TAMBÉM É CULTURA

Romance de estreia de José Falero faz crítica à “escravidão assalariada”

Do ponto de vista de dois moradores da periferia de Porto Alegre, a marginalidade é relativizada como única forma de se ter uma vida plena. No livro, o escritor gaúcho, José Falero (35 anos), questiona o trabalho enquanto valor quando as opções que se apresentam não garantem o mínimo de dignidade.

Os Supridores é o primeiro romance de Falero e pode ser encontrado no site da editora. O autor que já contribuiu na cole-

Em Santa Catarina, os sindicatos que representam servidores(as) públicos(as) organizaram a mobilização contra os ataques dos governos estadual e federal como, por exemplo, a Reforma Administrativa de Bolsonaro e Guedes, a partir do Fórum Catarinense de Defesa do Serviço Público.

Além de articular ações políticas unificadas, o que se reflete no aumento da qualidade dos argumentos utilizados para a mobilização, o Fórum também

amplifica o alcance das pautas da categoria na medida em que reúne mais recursos para patrocinar as campanhas, cotizando as entidades participantes.

Para o presidente do Sinjusc, Neto Puerta, essa articulação precisa ser permanente. Ele destaca que “os servidores estaduais e municipais precisam entender que a política feita no Congresso nos afeta tão duramente quanto aquilo que é discutido aqui na Alesc ou em qualquer câmara municipal do estado”.

tânea de contos intitulada *Vila Sapo* (2019) da editora *Vienas Abiertas*, também publicou um volume de crônicas pela *Todavía* sob o título *Mas em que mundo tu vive?*.

Serviço:
Os Supridores (2020)
Ficção
332 Páginas
Editora Todavía



**A ORGANIZAÇÃO É A FORÇA DO TRABALHADOR.
EM 2022, NOS AJUDE A CONSTRUIR O SEU SINDICATO!**



**O Sindicato é
Você. Filie-se!**

EXPEDIENTE

SINJUSC
Sinforme
A SUA INFORMAÇÃO

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores
do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Redação
Bruno Cruz
MTB 27876/RJ

Jornalista Responsável
Alana Pastorini
MTB 0072648/SP

Revisão
Fábia Hafermann
SC/JP 3278

SINJUSC
o seu sindicato
sinjusc.org.br

Av. Mauro Ramos 448,
Centro - CEP 88020-300
Florianópolis/Santa Catarina
0800.701 1690
sinjusc@sinjusc.org.br

IMPRESSÃO
FLORIGRAF
48 3039 6900



SINJUSC Sindicato



Sinjusc



sinjusc.sc



SINJUSC Santa Catarina